



MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics

ISSN: 2318-0811

ISSN: 2594-9187

Instituto Ludwig von Mises - Brasil

Mueller, Antony P.

150 anos "Princípios da Economia" de Carl Menger: Um legado duradouro

MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics, vol. 9, Esp., e202191434, 2021

Instituto Ludwig von Mises - Brasil

DOI: <https://doi.org/10.30800/mises.2021.v9.1434>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586370158001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

150 anos “Princípios da Economia” de Carl Menger: Um legado duradouro

*Antony P. Mueller*¹  0000-0001-7788-8819

Universidade Federal do Sergipe – Aracaju – SE – Brasil

O ano 2021 marca o 150º aniversário da publicação dos “Princípios de Economia” de Carl Menger, a obra padrão da Escola Austríaca. Em seus “Princípios” de 1871, Carl Menger não apenas lançou as bases para a Escola Austríaca de Economia. Sua contribuição também é conhecida além da economia austríaca, porque a sua obra contém percepções centrais sobre a teoria do valor subjetivo e da análise marginal, que são parte integrante da moderna teoria econômica.

Carl Menger (23 de fevereiro de 1840 - 26 de fevereiro de 1921) é o indiscutível fundador da Escola Austríaca de Economia. Nas ciências econômicas em geral, ele ainda é amplamente reconhecido até hoje por suas contribuições fundamentais para o desenvolvimento do conceito de utilidade marginal e como um pioneiro da teoria do valor subjetivo. Especialmente para a Escola Austríaca, Menger lançou a pedra fundamental com suas descobertas sobre o uso do conhecimento e da previsão, a importância dos preços relativos, o papel do tempo e o surgimento espontâneo de instituições sociais. Carl Menger fornece uma perspectiva consistente da economia e uma representação coerente da complexidade da inter-relação entre bens, valores, câmbio e preços.

¹ Antony Mueller holds a doctorate in Economics from the University of Erlangen-Nuremberg of Germany (FAU) and is a professor of Economics at the Federal University of Sergipe (UFS). E-mail: antonymueller@gmail.com.

Este artigo é estreitamente baseado no original do “Grundsätze der Volkswirtschaftslehre”. As interpretações visam a tornar a obra acessível ao leitor de hoje. Para facilitar a leitura, as citações diretas da obra de Menger são feitas em linguagem moderna.

1. Contexto e Legado da Obra

Carl Menger é um daqueles raros pensadores cuja influência cresce com o tempo. Seu trabalho representa uma contribuição duradoura para a ciência econômica. Muitas das descobertas de Menger agora fazem parte da economia padrão. Outros foram preservados como componentes essenciais da Escola Austríaca de Economia. Isso se aplica em particular às suas percepções sobre a previsão e o papel da incerteza, que Menger acredita serem de importância fundamental para a atividade econômica. O ponto central de sua pergunta é a ação econômica em termos de melhoria das condições da vida individual. O trabalho de Menger está repleto de percepções profundas e está justamente celebrado como a obra fundamental da Escola de Negócios Austríaca. Na medida em que os debates sobre a ordem econômica se acendem, a obra de Menger assume um significado que vai também além da economia.

Na sua obra principal *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* de 1871, Menger caracteriza a ciência econômica como a ciência da escolha individual. Seu método de pesquisa é baseado na lógica dedutiva como ferramenta para trazer à luz a estrutura oculta do material empírico disponível. A metodologia de Menger, referida por Schumpeter como “individualismo metodológico”, é melhor caracterizada como “análise causal-realista”.

Em seu ensaio introdutório da edição, Friedrich von Hayek (MENGER, 1871, p. 5-338) aponta que, na época em que Menger estava escrevendo seus “Princípios de Economia” (1871), o progresso da teoria econômica na Inglaterra estava estagnado, enquanto na Alemanha a geração de economistas históricos (*Historische Schule der Nationalökonomie*) dominou o campo. Esses estudiosos históricos eram contra teoria e, em contraste com a pesquisa histórico-empírica, viam inútil ou mesmo prejudicial o esforço para obter conhecimento teórico (p. 17).

No entanto, a tradição econômica alemã influenciou Carl Menger na medida em que muitos economistas continentais (como na Itália e na França) permaneceram cientes das contradições inerentes à determinação de preços baseada no valor do trabalho através dos custos de produção. Por exemplo, houve Hermann Heinrich Gossen (1810-58), que em seu extenso livro com o grandioso título de *Entwicklung der Gesetze des menschlichen Verkehrs, und der daraus fließenden Regeln für menschliches Handeln (Desenvolvimento das Leis das Relações Humanas e as Regras para a Ação Humana que Fluem Dela)* (1854, versão em inglês) formulou o princípio da utilidade marginal. Este trabalho, cuja importância é inegável em retrospecto, recebeu pouca atenção na época de sua publicação - não só pelo amplo uso de formulações matemáticas. Neste trabalho, Gossen expõe os princípios para a avaliação de bens relevantes para a decisão, que ainda hoje são ensinados como as “Leis de Gossen”. Hermann Gossen também foi pioneiro na lei de que um equilíbrio na demanda por bens exige que a razão entre a utilidade marginal e o preço seja a mesma para todos os bens em consideração, uma proposição que, em sua formulação matemática, se tornou o padrão na microeconomia moderna.

A teoria subjetiva dos valores, que Carl Menger sistematicamente amplia para a demanda de bens, ainda tem raízes nos escolásticos espanhóis dos séculos XVI e XVII, como de Soto em particular o fez saber. Pouco explorado, entretanto, é a relação entre a teoria dos valores da Escola Austríaca e suas raízes na filosofia do idealismo alemão. A relação filosófica de Menger com Leibniz é considerada certa, enquanto a relação com Kant permanece controversa.

Como Erich Streissler enfatizou, o “Grundsätze” de Menger é um complemento consciente para a Riqueza das Nações de Adam Smith. A análise de Menger não é estática, mas sim preocupada com o progresso econômico. A obra de Menger é uma investigação das restrições à ação econômica e da mudança destas restrições por meio da mudança nas variáveis de escolha. Assim, a teoria de Menger “é, antes de tudo, basicamente uma teoria da informação, uma teoria econômica sob incerteza e não sob certeza” (STREISSLER, 1972, p. 427). Assim, revela-se que a contribuição principal de Menger para a teoria econômica não é em primeiro lugar o marginalismo, mas o subjetivismo sistemático.

Num sentido mais profundo, Menger desenvolve uma teoria do desenvolvimento econômico. Explicitamente, Menger destaca que não é tanto na divisão do trabalho, mas sim que o aumento do bem-estar consiste na constante ampliação da gama de bens e na melhoria da qualidade dos bens. Aqui, também, encontra-se o aspecto dinâmico da teoria de Menger, que se localiza nas mudanças na atividade produtiva. Neste sentido, a própria divisão do trabalho é consequência do aumento da gama de mercadorias. Na perspectiva de Menger, os bens “são tridimensionais: eles têm quantidade, qualidade e variedade como dimensões separadas de mudança dinâmica” (STREISSLER, 1972, p. 431).

Apesar de seu amplo escopo, os princípios da economia não abrangem toda a gama de tópicos que Carl Menger pretendia cobrir. De acordo com Hayek (1936, p. 11), Menger planejou entregar mais três volumes. A segunda parte do projeto trataria de “Juros, salários, aluguéis, receitas, crédito e papel-moeda” e a terceira parte da produção e do comércio, enquanto uma quarta parte deveria discutir e criticar o sistema econômico existente e as propostas para sua reforma. Presumivelmente distraído pela “controvérsia do método” (*Methodenstreit*), Carl Menger não implementou seus planos originais, deixando às gerações seguintes, que seguiram o legado de Menger, ainda muito a fazer.

Como acontece com todos os economistas de destaque, a importância de Menger não é indiscutível. É perceptível, no entanto, que os oponentes de Menger tendem a recorrer a trivialidades e denegrições do que a fazer um julgamento sólido. O “estilo desajeitado” de Menger é lamentado e ele é acusado de ser mais filósofo do que economista. Alguns acusaram Menger de copiar suas ideias principais. O economista comunista Bukharin (1914) chegou a fazer de Menger o “chefe da propaganda de banquetes e desperdícios burgueses”. O principal representante da escola histórica alemã, Gustav Schmoller, não se esquivou de insultos pessoais. Outros lamentam que Menger não usou matemática na sua exposição, mas esquecem que o foco da investigação dos Princípios não era equilíbrio, mas desequilíbrio, não foi descrever as condições estáticas, mas dinâmicas. Igualmente além do ponto é a crítica de que Menger não desenvolveu uma teoria dos custos. Estes críticos ignoram o fato de que os “custos” dos

quais eles falam são preços e, assim, já são considerados na teoria da determinação de preços de Menger.

Da mesma forma, é injustificado descartar a posição em favor dos mercados livres como uma “ideologia”. Em vez disso, a defesa de uma economia de mercado baseada na propriedade decorre da análise da natureza da atividade econômica elaborada nos “Princípios”.

O legado da obra de Menger continua. Além dos economistas associados a Menger, como Friedrich von Wieser, Eugen von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek, foram principalmente americanos que encontraram seu mestre em Menger, Frank Fetter e especialmente Murray Rothbard e Israel Kirzner, além dos economistas que estiveram ao redor de Ludwig von Mises durante seu tempo em Nova York. Hoje, o Ludwig von Mises Institute em Auburn lidera a Escola Austríaca ao lado de um grande grupo de economistas da George Mason University. O julgamento do economista da Escola de Chicago, George Stigler (1937), supera muitas das críticas mesquinhas com o elogio de reconhecer Carl Menger como um “novo Adam Smith”.

A contribuição de Menger para o desenvolvimento de uma “Escola Austríaca” independente permanece incontestável. Ebenstein (2003, p. 26) escreve: “Quase tudo o que distingue a escola austríaca pode ser encontrado em Menger - utilidade marginal, avaliação subjetiva, a importância do conhecimento e da previsão, o papel dos preços, o surgimento espontâneo de instituições sociais e econômicas, atividade como processo no tempo”. Em *“Economics and Knowledge”*, Hayek (1936) constata que, para Menger, a atividade econômica procura essencialmente prever o futuro. Conectado a isso está a questão de qual ordem é mais adequada para essa tarefa: o poder governante do estado moldado por interesses políticos ou ação empresarial orientada para o consumidor em uma economia de mercado. Os insights que Menger desenvolve em detalhes nos Princípios encontram sua coesão interna na tese de que não apenas o bem-estar, mas também nossa sobrevivência depende da extensão em que a ordem da economia de mercado tem a vantagem.

A maioria das interpretações coloca Menger em linha com Jevons e Walras como os fundadores da análise marginal. Porém, o marginalismo é apenas um aspecto secundário da teoria de Menger. O descobridor original do princípio marginal não foi Jevons, Walras nem Menger, mas Gossen. Nesse sentido, a contribuição fundamental dos “Princípios” de Menger para a teoria econômica em geral é a teoria subjetiva dos valores. O subjetivismo e o individualismo metodológico que é diretamente relacionado com o subjetivismo são o núcleo da teoria econômica de Menger.

2. Fundamentos

2.1. Teoria do valor

Em seu “Princípios de Economia”, Carl Menger explica que as pessoas agem porque os dois lados se beneficiam da troca de bens. As pessoas atribuem valorizações diferentes ao mesmo bem. Portanto, no caso de uma troca voluntária de bens, não equivalentes mudam de mãos, mas a troca é realizada com o objetivo de alcançar uma melhor satisfação das necessidades

em comparação com o estado antes da troca. O valor é subjetivo. O grau de valor muda com as circunstâncias em que o indivíduo se encontra e com o progresso pessoal do conhecimento. A “lei da utilidade marginal decrescente” afirma que a valorização individual de cada unidade de bem diminui quanto mais unidades desse bem estiverem disponíveis.

Enquanto o próprio Menger não usou o termo “utilidade marginal”, que foi posteriormente introduzido por seu sucessor Friedrich von Wieser (1851-1926), Menger desenvolveu sua definição do conteúdo como a “extensão da importância” (GRUNDSÄTZE, 1871, p. 77) que um operador econômico avalia o bem. Os bens disponíveis não têm valor por si mesmos, mas adquirem esse valor por meio de sua importância para a satisfação das necessidades humanas percebidas subjetivamente. No valor dos bens, o sujeito econômico se depara com a importância que o indivíduo atribui à satisfação de suas necessidades, ou seja, à vida e ao bem-estar.

Carl Menger afirma que, em última análise, a satisfação das nossas necessidades é o ponto de partida decisivo para toda a atividade econômica. Assim, o valor de um bem consiste na transferência desse significado para a satisfação das necessidades que um bem pode proporcionar. A diferença na extensão do valor dos bens individuais resulta da diferença em sua importância para a satisfação das necessidades (1871, p. 87).

O princípio da utilidade marginal, como avaliação subjetiva dos bens, determina o valor, dependendo do número de unidades disponíveis do bem. O uso marginal de um bem diminui com as unidades desse bem que estão disponíveis. Assim, a satisfação que o sujeito econômico espera receber da unidade de bem menos valiosa também determina o valor das unidades de bem que correspondem às preferências mais altas na classificação daquela pessoa.

Os esforços das pessoas visam a atender às necessidades da maneira mais completa possível. No caso de um certo bem poder satisfazer necessidades diferentes, providências serão tomadas para satisfazer aquela necessidade para a qual o bem é da mais alta importância. Se houver um excedente, ele será usado para satisfazer aquelas necessidades que são menos importantes do que a satisfação de ordem superior. A classificação segue o princípio das possíveis necessidades que o bem pode satisfazer (MENGER, 1871, p. 98).

A determinação da disposição a pagar segue diretamente dessa teoria da utilidade marginal e forma a base da teoria dos preços. A importância atribuída a um bem resulta da utilidade marginal deste bem. O “valor” de um bem (e, portanto, a disposição individual a pagar) é, portanto, determinado pelo valor associado à satisfação da necessidade de valorização mais baixa. O “paradoxo de valores” que atormentava os clássicos da economia está assim resolvido.

O valor dos bens é subjetivo, individual e situacional. Valor reflete a importância que uma determinada pessoa atribui a um determinado bem em um determinado momento e sob certas circunstâncias. Originalmente, apenas os bens que servem à sobrevivência humana têm valor e, como resultado, aplicamos esse significado a todos os bens que sabemos que podem servir para satisfazer nossas necessidades. Daqui decorre que varia a importância que têm para nós as diversas necessidades concretas de satisfação, nomeadamente no grau da sua importância para a preservação da nossa vida e do nosso bem-estar. A âncora de toda apreciação é a utilidade de um bem para o bem-estar do indivíduo. O agente econômico transfere o valor dos bens de primeira ordem para os bens de ordem superior. Desse modo, o valor dos bens

de ordem superior é uma manifestação particular da importância que o homem atribui à sua vida e ao seu bem-estar. Com o empreendedorismo, entra em cena que os bens de produção são avaliados de acordo com a demanda futura de bens de consumo e sua produção deve ser gerenciada de acordo.

O valor de um bem resulta do conhecimento de que cada subconjunto desse bem está conectado com a satisfação de necessidades. Um bem é valorizado pelo conhecimento de que seu uso atende à satisfação de uma necessidade.

Bens não econômicos não têm valor. Se houver oferta suficiente para satisfazer completamente todos os desejos desse bem, o subconjunto desse bem não terá valor. Portanto, os bens não econômicos não apenas não têm valor de troca, mas também não têm valor algum e, portanto, também não têm valor de uso.

Carl Menger deixa isso claro com um exemplo:

Se os habitantes de uma aldeia precisam de mil baldes de água por dia para suprir completamente suas necessidades desse bem, e se eles têm um riacho que carrega cem mil baldes de água todos os dias, então para eles uma quantidade parcial dessa água é sem valor, porque eles ainda podem satisfazer sua necessidade de água da mesma forma do que se essa quantidade parcial fosse descartada ou se perdesse sua qualidade de mercadoria. Sim, eles permitirão que muitos milhares de baldes desse bem fluam para o mar todos os dias, sem serem prejudicados de forma alguma para satisfazer sua necessidade de água (1871, p. 83).

O valor de troca e o valor de uso estão ambos subordinados ao conceito geral de valor, ou seja, conceitos que são coordenados em sua relação um com o outro. Consequentemente, o conceito geral de valor se aplica tanto ao valor de uso quanto ao valor de troca.

Utilidade é a adequação de uma coisa para servir à satisfação das necessidades humanas. Os bens não econômicos também são úteis se satisfazem nossas necessidades da mesma forma que os bens econômicos. Benefício e valor não coincidem. Confundir utilidade com valor de uso nunca teve consequências práticas, mas atrapalhou o avanço da economia. Na verdade, pessoas práticas nunca foram vítimas desse erro. O fato de um bem ter valor para nós reside no fato de estar disponível para satisfazer uma necessidade. O valor dos bens não é arbitrário, mas a consequência necessária do reconhecimento do homem de que a preservação de sua vida e de seu bem-estar depende da disposição sobre um determinado bem ou conjunto de certos bens.

Utilidade é a adequação de uma coisa para servir à satisfação das necessidades humanas e, consequentemente, (ou seja, a utilidade conhecida) é um pré-requisito geral para a qualidade dos produtos. Mesmo os bens não econômicos são úteis, na medida em que são tão adequados para a satisfação de nossas necessidades quanto os econômicos, e essa adequação também deve ser reconhecida pelas pessoas, caso contrário não seriam capazes de atingir a qualidade dos bens em absoluto (MENGER, 1871, p. 84).

O fato de um bem ter valor para um indivíduo se deve ao fato de que a disposição desse bem tem o significado de satisfação de necessidades.

O valor dos bens não é, portanto, nada arbitrário, mas em toda parte a consequência necessária do conhecimento do homem de que a manutenção de sua vida, seu bem-estar, ou pelo menos uma parte, por mais insignificante que seja, depende da disposição de um bem ou de uma quantidade de bens (MENGER, 1871, p. 85).

O valor dos bens depende da relação entre os bens e as nossas necessidades, e não dos bens em si. À medida em que essa relação muda, o valor vai surgindo ou desaparecendo. O valor não é algo que está vinculado a bens. O valor não consiste nas propriedades objetivas do bem e não existe como fator independente ou como coisa em si mesmo.

Em vez disso, o valor é um julgamento feito por empresários sobre a importância dos bens à sua disposição para a manutenção de sua vida e bem-estar, e isso, portanto, não existe fora de sua consciência (MENGER, 1871, p. 86).

Na economia, a objetificação do valor, como aconteceu de Adam Smith a Karl Marx e além, acrescentou muito à confusão. Karl Marx construiu toda a sua teoria sobre esse erro. Falar de valor como de coisas reais independentes e, assim, objetificar o valor, levou a uma longa série de outros erros que persistem até os dias de hoje. Embora a microeconomia moderna já tenha adotado totalmente a teoria do valor subjetivo, a teoria do valor objetivo continua a assombrar o marxismo e frequentemente molda as ideias na política. A doutrina de valores objetivos não pode ser mantida.

Pois o que existe objetivamente é sempre apenas as coisas, ou as quantidades delas, e seu valor é algo essencialmente diferente delas, a saber, um julgamento que os indivíduos econômicos fazem para si sobre o significado que a disposição sobre eles tem para sua vida ou seu bem-estar (MENGER, 1871, p. 86).

Assim como o valor de um bem resulta de desejos, o valor de um bem deve depender de até que ponto nossos desejos são satisfeitos. As flutuações do valor das mercadorias ao longo do tempo e a ordem de prioridade das mercadorias resultam das disposições do valor das mercadorias.

O valor de um bem não é determinado pelo valor necessário à sua produção, incluindo a obra envolvida, mas sim pela avaliação subjetiva. Este princípio de subjetividade também se aplica a bens de capital. Não é o custo de produção dos bens que determina o valor dos bens de consumo; pelo contrário, é certo que o valor dos bens de ordem superior não pode ser o fator decisivo do valor provável dos bens correspondentes de ordem inferior, nem o valor dos bens de ordem superior já utilizados para produzir um bem pode ser o fator decisivo de seu valor efetivo, mas o oposto em todas as circunstâncias. O valor dos bens de ordem superior depende do valor provável dos bens de ordem inferior para cuja produção se destinam (MENGER, 1871, p. 234).

Essa consideração resulta no “princípio do valor dos bens de ordem superior”, em que o valor esperado dos bens de ordem superior é condicionado pelo valor esperado dos bens de primeira ordem. Conseqüentemente, bens de uma ordem superior, ou seja, os bens de produção, só podem ganhar valor e mantê-lo na medida em que servem para produzir bens de primeira ordem, ou seja, bens de consumo.

Nessa avaliação, a estimativa entre a demanda futura e o valor esperado a ser alcançado no futuro conta. É aqui que entra em jogo o princípio da preferência temporal, que afirma que as preocupações humanas mais urgentes estão voltadas para a preservação da vida e do bem-estar no presente ou no futuro próximo. Essa preocupação diminui à medida que o prazo se aproxima. Este fenômeno não é acidental, mas está enraizado na natureza humana, porque a garantia da satisfação das necessidades do presente e dos períodos anteriores deve necessariamente preceder às dos períodos posteriores (MENGER, 1871, p. 127).

Bens que só estarão disponíveis no futuro não ajudam a manter nossa existência ou nossa saúde no caso de uma escassez atual. Assim, as necessidades e desejos imediatos representam um limite para a acumulação de bens de ordem superior. As circunstâncias atuais colocam um limite no esforço para o uso progressivo de bens de capital. A obtenção de benefícios econômicos de bens de ordem superior depende da condição de que as necessidades imediatas e as do futuro próximo sejam satisfeitas.

Não é o valor dos bens de ordem inferior no presente que determina o valor dos bens de ordem superior correspondentes, mas sim o valor provável do produto em todas as circunstâncias que é o princípio governante do valor dos bens de ordem superior (MENGER, 1871, p. 126).

Com essa constatação, Menger coloca em jogo o papel do empreendedor. Ele cuida da conversão de bens de ordem superior em bens de ordem inferior e orienta esse processo com base em conhecimentos e cálculos econômicos e técnicos. Além do uso do conhecimento e do cálculo, a função empreendedora é também um ato de força de vontade e motivação por parte do empreendedor para monitorar e controlar o processo produtivo do ponto de vista da eficiência econômica. Os bens de ordem superior incluem não apenas aqueles que são necessários para a produção técnica, mas também o capital e a atividade empresarial.

2.2. Ação Econômica

Começando com a investigação da conexão causal entre as necessidades humanas e a disponibilidade de meios para satisfazê-las, Menger nos leva a distinguir entre bens de primeira ordem e de ordem superior. Bens de primeira ordem são usados para consumo imediato, enquanto bens de ordem superior são usados para a produção de bens de primeira ordem. Esses bens de produção não têm uso direto, mas derivam do uso dos bens de consumo que os bens de ordem superior são usados para produzir. Com o conceito de complementaridade de bens, Menger chama a atenção para os problemas de tempo e incerteza.

O esforço para melhorar a situação é o motivador para a ação econômica. De acordo com Menger, o objetivo da atividade econômica de um indivíduo é melhorar constantemente suas condições de vida em constante mudança. O progresso econômico ocorre quando o bem-estar do indivíduo aumenta. O principal meio de fazer isso é produzir os chamados bens de ordem superior.

A modernidade da abordagem de Menger aparece quando para ele o desenvolvimento econômico ocorre por meio do aumento do conhecimento humano, da redução dos custos de transação e da disponibilidade de mercadorias. Portanto, a expansão dos mercados livres é fundamental para o desenvolvimento, juntamente com o empreendedorismo voltado para

encontrar as melhores maneiras de construir, manter e adaptar a elaborar bens de maior valor - a estrutura de capital. A prosperidade depende de quão bem a sociedade entende como gerar conhecimento e quão efetivamente a aplicação dos novos conhecimentos pode ser alcançada. A atividade empreendedora é fundamental para todas essas tarefas. O critério de progresso não é o acúmulo de mais e mais bens, mas a satisfação das necessidades subjetivas dos indivíduos em toda a sua amplitude. Não é apenas a quantidade de bens que conta, mas também sua qualidade e variedade.

Em conexão com os bens de ordem superior, Menger desenvolve o princípio da imputação, que diz que os bens de produção têm um benefício derivado, que reside no benefício que os indivíduos atribuem aos bens finais produzidos com a ajuda dos bens de ordem superior (1871, p. 138-42).

O termo “benefício derivado” também se aplica ao trabalho. O trabalho tem valor, mas ele surge da utilidade que agrega ao bem último. Nesse sentido, o trabalho é um bem de ordem superior que está presente em todas as etapas do processo produtivo. Em cada etapa, o valor do trabalho é derivado de sua contribuição para o produto final, ou “atribuído” e “imputado”, como o termo foi cunhado por Friedrich Wieser.

Menger também rejeita a noção de que os preços sejam um dos aspectos mais importantes da economia, ou mesmo sua característica mais importante. Os preços são “aleatórios”, explica Menger, porque o que conta são as taxas de troca subjacentes. Esses valores de troca, por sua vez, são determinados pelas avaliações subjetivas dos atores econômicos individuais. Os prêmios são criados como um espelho dos valores subjetivos dos participantes individuais em uma troca.

Usando o termo “Ware” - diferente de “Gut” (bem) - para como uma mercadoria a ser vendida no mercado - Menger enfatiza os diferentes graus de vendabilidade das mercadorias. Tendo em vista que alguns bens específicos têm um grau de comercialização excepcionalmente alto, ou seja, são geralmente aceitos na troca, Menger chega à explicação da origem do dinheiro em uma economia.

O dinheiro não é produto de nenhum acordo privado ou governamental, muito menos de um ato legal. O dinheiro não é uma invenção. O dinheiro tornou-se realidade à medida em que mais pessoas percebiam que seus objetivos econômicos eram mais rapidamente promovidos na troca, ao aceitarem mercadorias com maior liquidez. O dinheiro é o resultado da atividade econômica humana.

Menger enfatiza que o dinheiro é um meio de facilitar as trocas e, como tal, não serve como parâmetro ou reserva de valor. O dinheiro não é um parâmetro. A base da troca não é o comércio em pé de igualdade, mas a avaliação inversa dos parceiros comerciais sobre o valor dos bens a serem trocados. Os preços só são significativos como preços relativos, como uma expressão das relações de troca.

O ponto de partida e o objetivo da atividade econômica humana é que as pessoas tenham os meios para satisfazer suas necessidades. Para satisfazer as necessidades imediatas, o homem se esforça por bens de primeira ordem. Com a satisfação das necessidades imediatas que garantem a sobrevivência, o interesse humano se volta para aqueles bens cuja quantidade

disponível é menor do que a necessidade deles. A atividade econômica começa com as pessoas fabricando bens de segunda ordem para produzir bens de primeira ordem. O princípio geral de sua conexão é que o caráter econômico dos bens de ordem superior é condicionado pelo dos bens de ordem inferior. Nenhum bem de ordem superior pode adquirir ou manter seu caráter econômico sem uma base na primeira ordem.

As conexões causais de um processo produtivo isolado podem ser claras, mas não representam a totalidade do processo de transformação. Além dos fatores pertencentes ao mundo dos bens, o processo de produção contém fatores cuja relação causal com o bem-estar humano ainda não foi reconhecida ou cujo controle ainda não está disponível.

Atender à satisfação das necessidades é o mais importante dos empreendimentos humanos porque é a base de todos os outros empreendimentos:

[...] satisfazer as necessidades significa viver e prosperar. Cuidar da satisfação de nossas necessidades é, portanto, sinônimo de cuidar de nossa vida e de nosso bem-estar; é o mais importante de todos os empreendimentos humanos, porque é o pré-requisito e a base de todos os outros. (Menger, 1871, p. 32)

Quanto mais a economia se desenvolver, maior será a oferta para a satisfação dos desejos. Acumular reservas para atender às nossas necessidades futuras, para ter bens e serviços presentes quando precisamos deles, é o propósito da economia.

A poupança, no que diz respeito à provisão com base nas necessidades, constitui o conteúdo da atividade econômica. As pessoas se preocupam em atender às suas necessidades no presente e, principalmente, em atender às suas necessidades para os períodos futuros. “Provisão para o futuro” é a própria essência da economia (Menger, 1871, p. 34).

Essa precaução leva as pessoas a agirem economicamente. Ao fazê-lo, a pessoa deve ter conhecimento da quantidade de bens disponibilizados para o período considerado e esclarecimento sobre a quantidade disponível para tal.

Temos que ser claros: a) sobre as nossas necessidades, ou seja, sobre as quantidades de bens de que precisaremos para satisfazer as nossas necessidades nos períodos de tempo em que se estende a nossa oferta e b) sobre as quantidades de bens que temos necessidade de estarem disponíveis para o propósito acima. Toda a atividade preventiva das pessoas visando à satisfação das suas necessidades é baseada no conhecimento destas duas grandezas. Sem o primeiro conhecimento seria cego, porque as pessoas não teriam consciência de seu objetivo, sem o segundo conhecimento seria aleatório, porque ficariam sem visão dos meios disponíveis. (Menger, 1871, p. 35)

Para tomar a medida de precaução, o operador econômico deve ter conhecimento da quantidade de bens de que necessita e da disponibilidade de meios para adquiri-los.

Essa consideração leva à distinção entre a necessidade de bens que podem ser usados diretamente para a satisfação das necessidades humanas - bens de primeira ordem - e bens que servem para adquirir os bens de primeira ordem.

- Bens de primeira ordem são aqueles *“que podem ser usados diretamente para satisfazer as necessidades humanas”*;
- Bens de ordem superior são aqueles cuja necessidade *“é condicionada pela nossa necessidade de bens de primeira ordem”*. (MENGER, 1871, p. 35)

A incerteza no fornecimento de bens de ordem superior consiste no fato de não sabermos exatamente quais serão as necessidades futuras que teremos, nem se o fornecimento será garantido.

As necessidades humanas mudam com o tempo junto, com as condições de disponibilidade de sua satisfação. No entanto, os graus de incerteza são diferentes. Embora, pelo menos por razões práticas, conheçamos nossas necessidades futuras de bens de primeira ordem ou de consumo muito bem - embora não com total certeza -, a disponibilidade de bens de ordem superior está sujeita a grande incerteza. Isso muda a preocupação humana para a disponibilidade futura de bens de produção.

O ponto de partida e objetivo da economia é a satisfação das necessidades humanas. Os produtos de *“primeira ordem”* atendem às necessidades imediatas. Após a fase de satisfação das necessidades, que garante a sobrevivência, o interesse humano se volta para os bens, cuja quantidade disponível é menor que a necessidade. A atividade econômica começa com as pessoas produzindo bens de *“segunda ordem”* para produzir bens de primeira ordem. O princípio geral de sua conexão é que o caráter econômico dos bens de ordem superior é condicionado pelo dos bens de ordem inferior. Nenhum bem de ordem superior pode adquirir ou manter seu caráter econômico se não for adequado para a produção de bens econômicos de ordem inferior.

Em uma economia desenvolvida, os desejos podem ser satisfeitos não apenas por meio de bens de consumo, mas também por meio da troca de bens. O valor resulta da satisfação dos desejos, com um bem de troca representando o tipo indireto de satisfação de necessidades. Ambos os tipos de bens, troca e bens de consumo, refletem o princípio de avaliação: valor de uso na forma direta, valor de troca na forma indireta. A troca de bens entra em jogo porque as pessoas fazem estimativas diferentes do valor de uso e do valor de troca.

O princípio geral da ação econômica de que as pessoas procuram melhorar sua situação também se aplica ao intercâmbio. Portanto, fazer negócios não é apenas produzir bens. Em vez disso, o valor agregado também ocorre na troca de mercadorias. O comércio, que facilita a troca de mercadorias, tem, portanto, uma importante função econômica que está em pé de igualdade com a produção. O desenvolvimento econômico consiste no fato de que a redução dos custos de transação aumenta o potencial de troca de mercadorias. Este processo funciona da mesma forma a nível local e regional como na área da economia nacional e em escala global.

2.3. Propriedade

No caso de a demanda total por bens econômicos ser maior do que sua disponibilidade, surge o problema de qual critério deve ser usado para alocá-los. Esta consideração levanta

imediatamente a questão de como as pessoas que estão na posse desses escassos bens econômicos são protegidas de possíveis atos de violência por parte de outras pessoas. Menger define propriedade como a validade do princípio de exclusão.

No caso em que o conjunto da demanda de uma sociedade por bens econômicos é maior do que a disponibilidade (oferta), aparece o problema de qual critério para que o alcance de uns contra outros seja permitido. Quando é impossível que as necessidades relacionadas de todos os indivíduos, dos quais a sociedade é composta, encontrem sua satisfação completa, aparece o problema da exclusão. Isso expressa a necessidade de que os indivíduos em posse dessas relações quantitativas de bens pela sociedade estejam protegidos contra possíveis atos de violência por parte de outros indivíduos, e assim chegamos às origens econômicas de nosso sistema jurídico atual e, em primeiro lugar, a chamada proteção de bens (“*Besitzschutz*”) como base de propriedade.

Portanto, a economia humana e a propriedade têm uma origem comum, porque ambos têm sua razão última no fato de que existem bens cuja quantidade disponível é menor do que as necessidades das pessoas e, portanto, a propriedade, como a economia de pessoas, não é uma invenção arbitrária, mas sim a única solução prática possível para o problema que a natureza das coisas, a discrepância entre a necessidade (“*Bedarf*”) e a quantidade disponível de bens existe com todos os bens econômicos. (MENGER, 1871, p. 56)

Dadas as discrepâncias entre a disponibilidade de bens e a demanda por bens, surge o problema do sistema jurídico de como os proprietários de bens podem ser protegidos. Os sistemas jurídicos lidam com o problema econômico da proteção da propriedade, o esforço para proteger a propriedade como base para reivindicar a propriedade. Os direitos de propriedade servem para proteger a propriedade. Em decorrência da escassez, surge a necessidade da demarcação por exclusão, que é, portanto, a base do ordenamento jurídico.

Desse contexto, surge a impossibilidade de abolir a instituição da propriedade sem eliminar as causas que necessariamente levaram à sua existência. Existem apenas duas maneiras de lidar com este problema: ou aumentar a quantidade disponível de todos os bens econômicos na medida em que as necessidades de todos os membros da sociedade sejam plenamente satisfeitas, ou reduzir a demanda das pessoas a ponto de os bens serem disponíveis para atender plenamente às suas necessidades. Sem essas condições, a propriedade está inextricavelmente ligada à economia humana em seu contexto social.

A propriedade ... é, portanto, inseparável da economia humana em sua forma social, e em todos os planos de reforma social, pode-se razoavelmente se concentrar apenas em uma distribuição oportuna de bens econômicos, mas não na revogação da própria instituição de propriedade. (MENGER, 1871, p. 57)

Não há outra maneira de resolver o problema da competição de interesses em bens econômicos do que estabelecer uma proteção social da posse de subconjuntos por indivíduos, ao mesmo tempo excluindo outros agentes econômicos. Os bens econômicos requerem a proteção dos direitos de propriedade, enquanto os bens, cuja quantidade está disponível

para satisfazer todos os desejos da comunidade, não têm nenhuma necessidade prática de administrar o fornecimento ou proteger sua propriedade.

A propriedade comum existe para bens que não têm caráter econômico. Para esses bens não econômicos ou “gratuitos”, não há necessidade de aplicar direitos de propriedade ou estabelecer preferências. Nem há necessidade de aplicar o princípio econômico da oferta e da demanda. “Comunismo” existe com os bens que não têm caráter econômico.

Em vez disso, podemos realmente observar uma imagem do comunismo para todos os bens que estão na relação que não são de caráter econômico, porque as pessoas são comunistas sempre que isso for possível em relação aos fundamentos naturais existentes. Em localidades que se estendem por rios que transportam mais água do que seus habitantes conseguem usar para satisfazer suas necessidades desse bem, cada indivíduo vai ao rio tirar qualquer quantidade de água; nas florestas primitivas, todos obtêm a quantidade de madeira de que precisam sem nenhum obstáculo, e todos deixam entrar em casa tanto ar e luz quanto acharem bom. Este comunismo, no entanto, encontra sua justificação tão natural na relação de quantidade acima quanto a propriedade encontra na relação oposta (MENGER, 1871, p. 60).

O uso comum de bens é baseado na relação quantitativa entre bens disponíveis e desejos. Assim como a necessidade de proteger a propriedade decorre da escassez de bens, um excesso da quantidade de bens em relação aos desejos justifica a propriedade comum ou a falta de direitos de propriedade.

2.4. Incerteza e previdência

As conexões causais de um processo produtivo isolado podem ser claras, mas não representam a totalidade do processo de transformação. Além dos fatores pertencentes ao mundo dos bens, o processo de produção contém fatores cuja relação causal com o bem-estar humano ainda não foi reconhecida ou cujo controle ainda não está disponível.

Isso decorre da propriedade de que os bens de ordem superior adquirem e mantêm sua qualidade de bens não em relação às necessidades do presente imediato, mas apenas em relação às necessidades humanas no futuro. Esses valores só podem ser previstos com a previsão humana, mas ainda não são conhecidos no momento, pois só se tornam válidos depois de concluído o processo de produção.

O processo de transformação de bens da ordem superior para a inferior segue estritamente as leis da causalidade e ocorre no tempo. De acordo com suas leis causais, os bens de ordem superior são transformados em bens da ordem inferior seguinte, e assim por diante, até que se tornem bens de primeira ordem e, em última instância, sirvam à satisfação das necessidades humanas.

Além do tempo, a incerteza também entra em jogo aqui. Quanto mais elementos estiverem envolvidos no processo de produção, maior será a incerteza humana sobre a qualidade e a quantidade do produto de todo o processo causal em relação aos bens de primeira ordem. À medida que o processo econômico se torna mais complexo, existem elementos neste processo causal que não sabemos. Quanto maior o número desses elementos dos quais não sabemos,

maior é a incerteza humana sobre a quantidade e qualidade dos produtos do nível superior em relação com a ordem inferior.

Esta incerteza é agora um dos momentos mais essenciais da insegurança econômica humana e [...] da maior importância prática para a economia humana. (MENGER, 1871, p. 26)

Carl Menger complementa a teoria de formação de riqueza de Adam Smith e, portanto, antecipa percepções básicas sobre a teoria moderna do crescimento, referindo-se implicitamente à formação de capital e ao progresso tecnológico. O desenvolvimento econômico significa expandir a produção passo a passo na área de bens de maior valor. Segundo Menger, além do trabalho e do comércio, a chave para a criação de riqueza é a produção de bens de ordem superior, a formação de capital físico. O progresso econômico também anda de mãos dadas com a percepção das causalidades do processo de produção, ou seja, com o conhecimento tecnológico. O desenvolvimento econômico e um nível crescente de conhecimento andam de mãos dadas.

Os níveis de satisfação das necessidades humanas variam, desde a urgência de sustentar a vida até aquelas que proporcionam apenas um breve prazer. A mesma variação pode ser observada não apenas entre os diferentes níveis de satisfação em geral, mas também na satisfação de um determinado tipo de necessidade. O exemplo da comida mostra que comer, por um lado, serve para sustentar a vida, mas o consumo de comida também serve para aumentar o prazer, enquanto o consumo em excesso causa enfermidades. Enquanto a habitação é essencial para o sustento da vida e uma casa maior aumenta o prazer, o tamanho extremo traz consigo a indiferença ao luxo, bem como o fardo da manutenção. A satisfação do mesmo desejo varia mesmo com as necessidades essenciais. Aqui, também, a variação varia da necessidade ao prazer e ao nojo.

A ação dos agentes econômicos consiste em ter que fazer uma escolha entre a satisfação de uma necessidade da qual depende a manutenção de sua vida e outra da qual depende apenas seu maior ou menor bem-estar (MENGER, 1871, p. 89).

A pessoa econômica busca, assim, a satisfação de suas necessidades de acordo com uma hierarquia em que a preservação da vida está em primeiro lugar e as demais necessidades de bem-estar a elas associadas.

A apreciação é relativamente fácil quando um bem se destina a servir apenas a um tipo de satisfação. No entanto, na realidade, estamos lidando com bens polivalentes. Há uma infinidade de desejos que o uso de um certo bem pode satisfazer em vários graus. Por exemplo, um fazendeiro pode usar sua colheita de grãos para uma variedade de propósitos, desde preservar sua vida até fazer bebidas alcoólicas ou ração para animais de estimação. Surge a questão de saber que valor um determinado subconjunto de grãos tem para esse agricultor em tais circunstâncias e como os diferentes usos devem ser classificados. Quais propósitos são de maior valor e quais são de menor valor?

O esforço econômico visa a satisfazer as necessidades da forma mais completa possível. Se um sujeito econômico tem mais bens do que o necessário para satisfazer a necessidade de

classificação mais elevada, as próximas satisfações são levadas em consideração, e assim por diante, de forma decrescente na ordem de satisfação da necessidade.

A pessoa econômica organiza a ordem de prioridade de acordo com a importância atribuída ao uso específico de um subconjunto de um bem. O valor de cada parte do montante total do bem alcançável é igual à importância que essa parte tem para a satisfação do desejo subordinado.

O valor de um determinado bem ou de parte de um bem é igual à satisfação que ainda é garantida pela satisfação da necessidade menos importante. Não apenas o valor do bem é subjetivo, mas também a avaliação de seus subconjuntos.

O tamanho da importância que as várias satisfações concretas de necessidades (cujos atos individuais podem ser realizados por bens concretos) têm para nós é desigual, e a extensão disso reside no grau de sua importância para a manutenção de nossa vida e nosso bem-estar (MENGER, 1871, p. 107).

Enquanto um agente econômico estima que certa quantidade de um bem é igual a uma quantidade maior de outro bem, com outro agente econômico não raramente é possível observar exatamente a relação inversa do valor dos bens. Assim, o valor é subjetivo não só em sua essência, mas também em sua dimensão.

3. Teoria Dos Bens e da Troca

Como Carl Menger explica no *“Grundsätze”*, os bens adquirem seu valor por meio da avaliação subjetiva do benefício do indivíduo. A utilidade marginal e os custos marginais são os princípios orientadores da atividade humana. Não é a utilidade total ou média que determina a demanda, como os clássicos da economia desde o pensamento de Adam Smith, mas a utilidade marginal. Com sua teoria subjetiva de valores e análise marginal, Menger também refuta a teoria marxista da exploração do trabalhador.

Mas o conteúdo da escrita de Menger vai além. Não perdeu nada do seu apelo, pois ainda é uma das melhores obras para aprender como funcionam os negócios.

3.1. Conceito

A primeira contribuição trata do conceito de “bem”. As partes seguintes da série tratam da apresentação de Menger da função da economia e de sua teoria do valor e da troca, bem como de sua análise da formação de preços.

A totalidade dos bens pode ser dividida em duas categorias: bens materiais (incluindo as forças naturais, se forem bens) e ações humanas úteis (ou omissões), das quais a mais importante é o trabalho. Para ser considerado um bem, é necessário que a coisa possa satisfazer uma necessidade humana, mas também esteja disponível, e que a relação causal entre as propriedades dessa coisa e a satisfação das necessidades humanas seja conhecida. “Bem”, neste sentido, também inclui atos úteis e omissões. Para serem consideradas “bens”, as coisas e ações devem se relacionar com as pessoas.

Para que algo alcance a qualidade de bem, as seguintes quatro condições devem ser atendidas:

1. Uma necessidade humana;
2. As propriedades da coisa a tornam adequada para ser colocada em uma conexão causal com a satisfação dessa necessidade;
3. O conhecimento do homem desta conexão causal;
4. A disponibilidade dessa coisa de modo que possa realmente ser usada para satisfazer a necessidade (Menger, 1871, p. 3).

Deve-se notar aqui que a escassez não é condição para que uma coisa seja um bem. A “escassez” não caracteriza o bem em si, mas os chamados “bens econômicos”. Devido à intervenção do Estado, no entanto, também existem bens que parecem ser gratuitos para o consumidor, embora não sejam. Isso acontece, por exemplo, com o abastecimento de água, quando as autoridades aparentemente convertem um bem econômico em um bem não econômico ou parcialmente em um bem gratuito. Mas o oposto também pode ocorrer quando as agências governamentais restringem o consumo de uma mercadoria que está naturalmente disponível para as pessoas em uma quantidade que excede suas necessidades. Esses bens, embora sejam basicamente bens livres, em alguns casos adquirem o caráter de bens econômicos. (Menger, 1871, p. 64)

O fato de algo ser bom não depende da coisa em si, mas depende da relação com a apreciação humana. Carl Menger destaca que a qualidade dos bens não é algo que se adere aos bens, não é uma propriedade, mas sim se representa como uma relação em que determinados objetos e serviços são para as pessoas. Consequentemente, com o desaparecimento dessa relação, essa coisa deixa de ser um bem.

No entanto, essa relação entre algo e a satisfação das necessidades humanas não está isenta de erros. Na verdade, um contexto peculiar pode ser observado onde coisas que não têm nexos causais com a satisfação das necessidades humanas são tratadas como bens.

Este resultado ocorre quando as propriedades e, portanto, os efeitos são erroneamente atribuídos a coisas que realmente não lhes pertencem ou as necessidades humanas são erroneamente assumidas e não existem realmente. (Menger, 1871, p. 4)

Menger chama essas coisas de “bens imaginários”, que são considerados avaliações causais, mas na realidade não são. São coisas que derivam sua qualidade de bem apenas de suas propriedades imaginárias ou das necessidades imaginárias das pessoas. Os exemplos incluem medicamentos que não curam doenças existentes e medicamentos para doenças não existentes.

Em qualquer caso, é nosso julgamento ou nossa opinião que determina a qualidade de um bem em uma coisa.

3.2. Bens de primeira e da segunda ordem

Menger define “bens de primeira ordem” como aqueles que podem atender diretamente aos nossos desejos. São bens que podem aumentar o nosso bem-estar e dos quais também sabemos que existe uma causalidade entre as propriedades desse bem e o nosso bem-estar.

“Bens de segunda ordem”, geralmente identificados como “ordem superior”, são coisas que não são diretamente causais em conexão com a realização de nossos desejos. No entanto, eles têm a qualidade de um bem porque têm uma “conexão causal indireta” com a satisfação das necessidades humanas. Embora os produtos de segunda ordem não possam satisfazer diretamente nossas necessidades, eles são úteis para a produção de produtos de primeira ordem. Os bens de primeira ordem estão em uma relação causal direta com as necessidades humanas, enquanto os bens de segunda ordem estão em uma relação causal indireta com elas. Como bens de produção, os bens de uma ordem superior são inadequados para satisfazer as necessidades humanas de maneira direta, mas contribuem indiretamente para a satisfação e por causa disso os bens da ordem superior ganham valor.

Se temos produtos de primeira ordem, está em nosso poder usá-los diretamente para satisfazer nossas necessidades. Se temos os bens correspondentes de segunda ordem, está em nosso poder transformá-los em bens de primeira ordem e, assim, levá-los à satisfação de nossas necessidades. Mas se tivermos apenas bens de terceira ordem, temos em nosso poder transformá-los nos bens de segunda ordem correspondentes e estes novamente nos bens de primeira ordem correspondentes ... É o mesmo com todos os bens de uma ordem superior, e não podemos duvidar de sua qualidade, enquanto temos o poder de fornecê-los de fato para a satisfação de nossas necessidades. (MENGER, 1871, p. 11)

A totalidade dos bens possui uma estrutura causal baseada no consumo final. Com o pão como um exemplo de bem de consumo, pode-se chegar ao bem de segunda ordem, ou seja, farinha. Em seguida, o trigo seria o bem de terceira ordem e o campo em que o trigo cresce pode ser identificado como um bem de quarta ordem. Em todos esses níveis, o desempenho de trabalho correspondente também está incluído nesta ordem. Os produtos de primeira ordem atendem diretamente às necessidades. Bens de segunda ordem requerem conversão. Produção é transformação, e toda a economia é um sistema de transformações em que bens de ordem superior são modificados para serem transformados em bens de primeira ordem.

3.3. Bens complementares

Com base nisso, Menger desenvolveu o conceito de estrutura temporal de produção, pois, para que um bem de maior valor tenha a mesma qualidade de um bem, os correspondentes bens complementares devem estar disponíveis para nós. Para atender ao requisito categórico de ser um bem de ordem superior, o bem complementar necessário deve estar sempre disponível para esse bem de ordem superior, caso contrário, essa coisa perde sua qualidade de bem. A qualidade dos bens de ordem superior depende da capacidade de usá-los para satisfazer as necessidades, desejos e anseios humanos.

Bens de ordem superior (indo além da primeira ordem) requerem o uso de bens complementares de ordem superior. Essa é uma limitação muito importante porque não está de forma alguma em nosso poder usar um único bem de ordem superior para satisfazer nossas necessidades se não tivermos os bens complementares de ordem superior necessários.

Se um bem existente de segunda ordem não puder mais ser usado porque um ou mais de seus bens complementares estão faltando, esse bem específico de segunda ordem perde sua qualidade como um bem. Em caso de falta de bens complementares, o bem correspondente já não tem capacidade para satisfazer as necessidades humanas, perdendo-se assim um dos pré-requisitos essenciais para a qualidade dos bens. Segue-se que a qualidade de um bem de segunda ordem depende da disponibilidade dos bens complementares necessários da mesma ordem em relação à produção do bem de primeira ordem.

Para bens complementares como a totalidade dos bens que são necessários para produzir um bem de ordem superior que serve para produzir um bem de primeira ordem,

o princípio geral se aplica que a qualidade dos bens de ordem superior é condicionada pelo fato de que sabemos sobre seus bens complementares para poder dispor de bens no sentido acima da palavra. (MENGER, 1871, p. 15)

Menger ilustra esse argumento com uma série de exemplos da Guerra Civil Americana, quando a falta de algodão nos estados do sul causou uma escassez temporária de algodão. Como resultado, as máquinas têxteis especializadas na Europa, juntamente com os trabalhadores qualificados deste ramo, tornaram-se inúteis e perderam a qualidade de bem. A interrupção das cadeias de abastecimento também afeta os bens que ainda estão disponíveis e a mão de obra disponível. Embora as máquinas sejam as mesmas e os trabalhadores não tenham perdido nenhuma de suas qualificações, a qualidade de seus bens diminui devido à falta de bens complementares e pode ser perdida completamente em certas circunstâncias.

Essa consideração tornou-se surpreendentemente atual em 2021, quando se consideram os problemas atuais com as cadeias de abastecimento. O que há muito tempo era dado como certo não é mais o caso. Do ponto de vista da teoria dos bens de Carl Menger, a enorme perda de valor que acompanha a falta de até mesmo alguns bens complementares é evidente.

Esta seção dos “Princípios” também mostra a má interpretação do conceito de capital que está presente na moderna teoria do crescimento ao assumir uma estrutura de capital homogênea. Menger, por outro lado, deixa claro que a estrutura de produção tem uma dimensão temporal e que os bens de capital individuais são interdependentes. “Capital” neste sentido tem uma estrutura temporal e interdependente.

3.4. Interdependência de bens

Para ser considerado um bem de ordem superior, a respectiva relação causal com os bens correspondentes de ordem inferior é o pré-requisito (MENGER, 1871, p. 17). Com a mudança na satisfação dos bens de primeira ordem, os bens de ordem superior mudam sua propriedade específica. Assim, os bens de ordem superior perdem sua qualidade de bem quando as necessidades que antes serviam para satisfazer desaparecem. Com o desaparecimento das

necessidades correspondentes, toda a base da relação entre os bens e aquilo que define a qualidade de uma coisa como bem se desintegra.

A partir dessas considerações, a lei segue que a qualidade dos bens de ordem superior é condicionada pela propriedade de produzir bens de primeira ordem.

Não como uma modificação que toca a essência do princípio acima, mas apenas como uma forma mais concreta dele deve ser vista a lei de que os bens de ordem superior são condicionados em relação à sua qualidade por aqueles bens da ordem inferior, para a produção a que servem. (MENGER, 1871, p. 21)

A produção é um processo pelo qual os bens de ordem superior são gradualmente transformados em bens de ordem inferior e estes são finalmente supridos para a satisfação das necessidades humanas.

Este processo é... não aleatório, mas, como todos os outros processos de mudança, está sujeito às leis da causalidade. A ideia de causalidade é agora inseparável da ideia de tempo. Todo processo de mudança significa uma emergência, um devir, mas tal processo só é concebível no tempo. (MENGER, 1871, p. 21)

Todos os bens disponíveis para um sujeito econômico são mutuamente dependentes de sua qualidade de bens. Cada um destes bens é capaz de cumprir o objetivo geral da atividade econômica, nomeadamente a preservação da vida e do bem-estar, não por si só, mas apenas em cooperação com os outros bens (MENGER, 1871, p. 30).

3.5. Bens de produção

A conversão de bens de ordem superior em ordem inferior requer que os bens complementares correspondentes estejam disponíveis. Isso cria a necessidade de que eles também sejam fornecidos no futuro. Enquanto os produtos de primeira ordem atendem diretamente às nossas necessidades, os de ordem superior servem para produzir produtos de primeira ordem. Não se pode lidar com o fornecimento de bens de consumo sem incluir os bens complementares de ordem superior. A provisão para o consumo exige visão dos bens de produção e seus complementos. Desse ponto de vista, fazer negócios é voltado para o futuro e carregado de incertezas.

Por um lado, o processo de produção de um bem de consumo individual segue uma sequência determinada pela relação causal das etapas de produção, por outro lado, as etapas de produção sequenciais individuais requerem a disponibilidade de suplementos indispensáveis. Disto, segue o princípio de que:

com relação aos próximos períodos de tempo, nossa necessidade efetiva dos bens individuais de uma ordem superior é condicionada pelo fato de que somos capazes de dispor das quantidades complementares dos bens correspondentes de uma ordem superior (MENGER, 1871, p. 41).

Em uma economia com uma divisão avançada do trabalho, muitos participantes do intercâmbio econômico tentam estimar a necessidade esperada e a disponibilidade futura de bens complementares. Cada participante do mercado ganha mais conhecimento das circunstâncias por meio do esforço conjunto de todos os participantes. No entanto, não existe conhecimento completo. Existem apenas conclusões preliminares. As estatísticas são sempre inadequadas e sempre tardias. Não é possível saber com antecedência se a demanda é maior ou menor que a quantidade disponível, ou se a demanda e a quantidade disponível serão iguais.

Na medida em que haja desvios, o indivíduo deve agir de acordo com suas preferências. Surge a necessidade de escolher entre as necessidades que são mais importantes para satisfazer e aquelas que podem ser adiadas.

A economia gira em torno do problema de gerenciar as discrepâncias entre os desejos e a disponibilidade de bens para satisfação. Consequentemente, “ativos” são aqueles que requerem atividades econômicas de longo alcance para reduzir ou eliminar a lacuna entre a oferta e a demanda. A economia é uma atividade voltada para o futuro. Os bens econômicos são caracterizados pelo fato de haver uma necessidade prática de se obter posse deles.

Em resumo, o princípio geral diz que o caráter econômico dos bens de ordem superior é determinado por aqueles dos bens de ordem inferior que eles servem para produzir.

3.6. Bens econômicos, gratuitos e híbridos

O caráter econômico ou não econômico de um bem depende da relação entre seu suprimento quantitativo e os desejos humanos. Ser um bem econômico ou gratuito não é inerente ao bem, mas depende da relação entre a quantidade do bem ao seu alcance e a demanda por ele. Um bem torna-se um bem econômico se sua disponibilidade quantitativa for menor do que o desejo por esse bem. Desta forma, se um bem é econômico ou gratuito não é universal, mas depende do tempo, do lugar e dos desejos humanos. Isso significa:

Que o caráter econômico ou não econômico dos bens não é algo inerente a eles, não é a propriedade dos mesmos, e que, portanto, qualquer bem, independente de propriedades internas ou de fatores externos, adquire caráter econômico se vier pela relação estabelecida acima e perde a mesma se essa relação se transformar em seu oposto. (Menger, 1871, p. 60)

Um bem não é um bem econômico porque é necessário trabalho para produzi-lo. Bens que não são resultado do trabalho também são bens econômicos se a demanda por eles for maior do que a oferta disponível. O produto do trabalho não adquire o caráter de bem econômico pelo trabalho, mas por uma relação quantitativa entre demanda e disponibilidade. O critério do caráter econômico da mercadoria reside exclusivamente na relação entre a demanda por ela e sua quantidade de oferta disponível.

Nem o fato de um bem ser um “objeto de comércio” nem de ser um “objeto de propriedade” pode, portanto, ser a causa de seu caráter econômico. Também não pode o fato de os bens serem em parte produtos de trabalho dar caráter econômico. Ao outro lado, há numerosos bens nos quais não foi utilizado trabalho que têm o caráter econômico porque estão disponíveis em uma quantidade que não atende nossos desejos (Menger, 1871, p. 61).

A relação entre oferta e demanda muda com o desenvolvimento econômico. Bens que antes eram gratuitos tendem a se tornar bens econômicos. Isso ocorre porque a população está crescendo, as necessidades humanas aumentam e o progresso se dá de tal forma que se amplia o conhecimento da relação causal entre as coisas e seu uso para o bem-estar humano, produzindo novos usos para os bens.

Por fim, Carl Menger apresenta o conceito de “bem híbrido” e cita o sistema de escolas públicas e o abastecimento de água municipal como exemplos quando as autoridades aparentemente transformam um bem econômico em um bem não econômico ou parcialmente em um bem gratuito. O contrário também ocorre quando as autoridades restringem o consumo de uma mercadoria que está naturalmente disponível para as pessoas em uma quantidade que excede suas necessidades. Esses bens, embora sejam basicamente bens livres, às vezes adquirem o caráter de bens econômicos.

3.7. Troca de mercadorias

Em contraste com Adam Smith (1723-1790), que em seu trabalho sobre *Riqueza das Nações* (1776) assumiu que a divisão do trabalho pela tendência de troca de bens deve ser entendida como parte da natureza humana, Carl Menger explica o troca de bens como resultado de sua utilidade para o bem-estar humano. Uma vez que Adam Smith presumiu, com base em sua teoria do trabalho, que equivalentes eram trocados no mercado, ele teve de adicionar o aspecto adicional do ganho de prazer à atividade comercial.

Com sua tese da “tendência à troca” instintiva, Adam Smith traçou o caminho errado, segundo o qual a base da troca de mercadorias não deve ser atribuída à busca racional de interesses, mas antes está irracionalmente ancorada na natureza humana. Segundo Adam Smith, a alegria da troca se deve ao fato de serem trocados bens de valores equivalentes. Ao objetificar o valor dos bens e rastreá-los de volta ao “trabalho” necessário para os bens, ele pavimentou o caminho para a teoria da exploração de Karl Marx. Como surge o lucro quando bens de igual valor são trocados no mercado, pergunta Karl Marx, que encontra a resposta no fato de que o trabalhador que produz os bens recebe menos em salários do que cria em valor.

Desde a publicação do “Princípios” de Carl Menger, as teses de Adam Smith e Karl Marx não podem mais ser sustentadas. Como explica Carl Menger, as mercadorias são trocadas no mercado porque as avaliações são diferentes. O motivo da troca de bens não é a equivalência, mas, ao contrário, a apreciação diferenciada que os parceiros de troca demonstram pelo mesmo bem. As pessoas se encontram no mercado porque têm valores diferentes sobre os produtos que oferecem à venda e sobre os produtos que desejam comprar.

A troca não é um fim em si mesma. É mais o caso que as pessoas muitas vezes fazem sacrifícios laboriosos e perigosos a fim de conduzir o comércio, ou seja, para trocar mercadorias. Também não é o caso de as pessoas continuarem com a troca indefinidamente, o que elas poderiam fazer se a própria troca produzisse o ganho no prazer.

A base da teoria da troca de bens é a percepção de que o mesmo bem, quando visto objetivamente, possui valores subjetivos diferentes para cada indivíduo. A transferência voluntária de um bem X, que A dá a B em troca, para receber outro bem Y de B, resulta da

intenção de aumentar os graus individuais de satisfação que cada participante obtém com a troca (Menger, 1871, p. 156).

Em termos gerais, o princípio da troca significa que a troca recíproca de certos bens satisfaz as necessidades dos participantes do mercado melhor do que seria o caso sem a troca.

A situação é caracterizada por um sujeito econômico A, que tem quantidades concretas de um bem que têm um valor inferior para o mesmo do que certas quantidades de outro bem que estão à disposição de outro sujeito econômico B, enquanto com este último em consideração à valorização das mesmas quantidades de bens a relação oposta ocorre, de modo que a mesma quantidade do segundo bem tem um valor inferior para ele do que a do primeiro bem que está à disposição de A (Menger, 1871, p. 157).

Como outras condições para que uma troca ocorra, ambos os sujeitos econômicos envolvidos na troca devem reconhecer este estado de coisas e estar aptos a realizar a transferência de mercadorias (Menger, 1871, p. 158).

A troca de bens segue o mesmo princípio que orienta as pessoas em todas as suas atividades econômicas. Tentar melhorar a situação econômica leva as pessoas a fazerem transferências de ativos. A troca de mercadorias, portanto, cria valor adicional para os envolvidos. O princípio da troca é o mesmo que norteia toda a atividade econômica, nomeadamente a procura da máxima satisfação dos desejos. Esse é o propósito do comércio de mercadorias.

Não é a troca em si que está associada ao prazer, como sugeriu Smith, mas o resultado. O fato de que a troca cria prazer se deve ao fato de que a troca de bens aumenta o valor dos parceiros comerciais envolvidos e os parceiros de troca se tornam mais prósperos como resultado.

Em resumo, resulta que o princípio que leva as pessoas à troca não é outro senão aquele que as orienta em toda a sua atividade econômica, ou seja, a busca pela satisfação mais completa de suas necessidades. O prazer que as pessoas sentem na troca econômica de bens é aquele sentimento geral de alegria que as pessoas sentem quando algum evento proporciona melhor provisão para a satisfação de suas necessidades do que seria o caso sem a ocorrência (p. 159).

Você troca diferenças de valor com o resultado de que, em comparação com a situação antes da troca, cada um dos parceiros de troca fica em melhor situação após a troca. Quando os benefícios resultantes da troca se esgotam, a troca atinge seus limites. Não há mais negociações.

Este é o caso quando não houver mais qualquer quantidade de bens na posse de uma das duas contrapartes que teria um valor menor para ela do que uma quantidade de outro bem que está à disposição da segunda contraparte, enquanto ao mesmo tempo a relação oposta de valor ocorre com esta última pessoa (Menger, 1871, p. 168).

À medida que as pessoas procuram e criam bens úteis, procuram oportunidades para trocar bens. O intercâmbio se espalha pelo mundo à medida que é impulsionado pela tendência humana natural de encontrar maneiras de melhorar o bem-estar individual.

É errado supor que o objetivo principal da atividade econômica é a multiplicação de bens físicos. Menger enfatiza que a essência da atividade econômica está em buscar a máxima satisfação dos desejos. Portanto, ao facilitar as trocas, os concessionários realizam uma atividade

produtiva. O desenvolvimento econômico significa basicamente a expansão das capacidades de intercâmbio. Ele faz isso reduzindo os custos de transação.

3.8. Valor de uso e valor de troca

O princípio orientador de toda atividade econômica do homem, ou seja, a satisfação de suas necessidades tão completamente quanto possível, se aplica tanto ao valor de uso quanto ao valor de troca. Isto significa que as pessoas guardam para si os bens cujo valor de uso pessoal é superior ao seu valor de troca e oferecem em troca os bens aos quais elas próprias atribuem um valor de uso inferior ao seu valor de troca.

O valor de uso de um bem consiste no significado que o bem alcança ao atender diretamente às necessidades do sujeito econômico. Já o valor de troca é o significado que um bem adquire para o sujeito econômico porque a satisfação das necessidades pode ser assegurada de forma indireta (MENGER, 1871, p. 216).

A avaliação dessa relação nem sempre é fácil e em algumas áreas é extremamente difícil. Reconhecer corretamente o valor econômico dos bens é uma das tarefas econômicas mais importantes. Essa avaliação determina a decisão sobre quais bens ou partes de um determinado bem devem ser mantidos em posse e quais devem ser vendidos. Como tal, representa uma das tarefas mais complexas da atividade econômica prática: não se trata apenas de determinar as relações de valor, mas também de compreender o problema de que os bens estão sujeitos à mudança de valores.

Reconhecer o valor econômico dos bens, isto é, ter clareza sobre se seu valor de uso ou de troca é econômico, é uma das tarefas mais importantes dos economistas. Depende desse conhecimento a decisão sobre quais mercadorias ou quais quantidades parciais delas manter em sua posse e quais vender. A avaliação correta desta relação é, ao mesmo tempo, uma das tarefas mais difíceis na prática empresarial, e não apenas porque uma visão geral de todas as oportunidades existentes de uso e troca é necessária para isso, mesmo em condições de tráfego mais complexas, mas sobretudo porque as condições, que formam a base para uma avaliação correta da questão acima, estão sujeitas a várias alterações. (MENGER, 1871, p. 220)

O aumento na quantidade de um bem que está sujeito à disposição de uma pessoa diminui o valor de uso de cada subconjunto. Dessa forma, o valor de troca passa a ser predominante para o proprietário, ao passo que, inversamente, uma diminuição na quantidade de um bem à disposição de um agente econômico costuma levar a um aumento no valor de uso. Essas considerações também se aplicam a mercadorias. O caráter de um bem como mercadoria não é algo inerente a um bem, mas uma relação especial entre esse bem e uma pessoa. Um certo bem deixará de ser mercadoria a partir do momento em que o sujeito econômico ao qual está disponível renuncie à intenção de vendê-lo para utilizá-lo. Mesmo o metal em relevo não é mais uma mercadoria imediatamente se não estiver mais disponível para troca com seu proprietário.

4. Formação De Preços

Embora muitas das ideias básicas de Menger tenham chegado à microeconomia neoclássica, ainda que de forma formalizada, a teoria dos preços de Menger é uma exceção. De acordo com ela, os preços de forma alguma desempenham o papel central, pois são apresentados hoje como um padrão na economia. Como Menger estressa, os preços aparecem no mercado como um fenômeno aleatório. Eles não contêm a essência da atividade econômica. Os preços são acidentais na medida em que são o resultado não intencional de uma troca econômica baseada em avaliações subjetivas. Não são os preços que determinam a troca, mas a avaliação das mercadorias pelos participantes do mercado determina os limites dentro dos quais um preço negociado é acordado em relação à troca. A economia não é impulsionada por preços, mas sim pelos esforços das pessoas para satisfazer suas necessidades da forma mais abrangente possível. Por esse motivo, as pessoas comercializam bens e os preços dos bens aparecem como um efeito colateral não intencional que o acompanha.

As pessoas economicamente ativas se esforçam para melhorar sua situação econômica tanto quanto possível. Para isso, põem em movimento a sua atividade econômica em geral e, para isso, também trocam bens, onde o mesmo assim possa ser conseguido. No entanto, os preços são fenômenos meramente acidentais, sintomas do equilíbrio econômico entre as economias humanas. (MENGER, 1871, p. 172)

Superficialmente, os preços aparecem como uma parte visível da atividade econômica. No entanto, como os preços são companheiros constantes da vida econômica e parecem se apresentar como fenômenos objetivos, muitos economistas presumiram que eles também são a parte mais importante da economia. Conseqüentemente, a teoria dos preços assume sua importância injustificada na economia. Em termos quantitativos, os preços aparecem objetivamente como conjuntos de números e, portanto, é um erro compreensível ver os preços como o aspecto fundamental da economia. Essa visão errada levou ao erro de considerar as quantidades de bens que ocorrem em uma troca como equivalentes.

Como os preços são:

os únicos fenômenos sensíveis de todo o processo, seu nível pode ser medido com precisão, e a vida cotidiana nos mostra, sem cessar, o erro óbvio de que o tamanho dos preços foi tomado como o essencial em troca e em outra consequência desse erro de olhar para as quantidades de bens que aparecem na troca como equivalentes. (MENGER, 1871, p. 173)

Com base no argumento de que o comércio é a troca de equivalentes, os economistas clássicos colocaram a economia no caminho errado e, inadvertidamente, lançaram as bases para a teoria marxista da exploração. Esses estudiosos da escola clássica de economia presumiram que o trabalho era o fator pelo qual a equivalência entre as mercadorias poderia ser medida. Como explica Menger, no entanto, não há troca de equivalentes em uma negociação; em vez disso, as proporções opostas da valorização dos bens de troca em questão formam o ímpeto para a troca de bens.

As pessoas trocam mercadorias porque isso as faz se sentirem melhor. A avaliação inversa dos bens entre os parceiros comerciais determina a relação de troca e o preço resultante reflete essa relação. Uma compreensão mais profunda das causas que levam à troca de bens e à atividade econômica em geral mostra “que tais equivalentes são completamente excluídos pela natureza da relação e, na realidade, não podem existir de forma alguma” (MENGER, 1871, p. 175).

A essência da troca de bens e, portanto, dos preços daí resultantes, é que o bem específico disponível para um sujeito econômico tem um valor inferior para ele do que outro bem disponível para outro. Para cada pessoa envolvida na troca, a avaliação de um bem em relação ao outro bem considerado tem um limite. Esses limites indicam o escopo da negociação. Os preços resultantes do comércio de bens refletem a relação de troca específica, que determina o número máximo de unidades do bem X que uma pessoa está disposta a trocar por um bem desejado Y e vice-versa, o mesmo se aplica ao parceiro comercial B. O preço é formado entre os limites dessas estimativas dos parceiros comerciais (MENGER, 1871, p. 177).

4.1. Princípio da formação de preços

Menger começa sua análise da formação de preços usando o exemplo de um bem de monopólio indivisível. Um monopolista oferece a oito compradores potenciais no mercado (fazendeiros que oferecem um certo número de unidades de grãos em troca em ordem decrescente) uma unidade de um bem (um cavalo). Menger ilustra sua consideração com uma matriz (Tabela 1).

Tabela 1. Matriz de preços

	I	II	III	VI	V	VI	VII	VIII
B1	80	70	60	50	40	30	20	10
B2	70	60	50	40	30	20	10	
B3	60	50	40	30	20	10		
B4	50	40	30	20	10			
B5	40	30	20	10				
B6	30	20	10					
B7	20	10						
B8	10							

Fonte: Menger e Grundsätze (1871, p. 187).

Conforme mostrado na tabela, os potenciais compradores de um determinado bem (colunas), dependendo da quantidade de peças desse bem (linhas), possuem diferentes classificações de valor, que se expressam numericamente na sua disposição de troca. A matriz mostra oito compradores potenciais (B1 a B8) e sua disposição individual de pagar em unidades de grãos pelos produtos oferecidos. É fácil perceber que, em caso de monopólio, as mercadorias vão para o comprador com maior preferência, ou seja, B1.

Se esse monopólio oferece mais unidades do bem, a situação não muda fundamentalmente. O princípio ainda se aplica que as mercadorias vão para os compradores com a maior preferência. A tabela mostra que, entre os potenciais compradores, B1 expressa a avaliação de valor mais alto para o bem oferecido no mercado e, portanto, está preparado para oferecer em troca 80 unidades de grãos pelo cavalo. B8, por outro lado, tem a menor preferência e está disposto a oferecer apenas dez unidades de grãos como troca pelo cavalo em oferta. O eixo horizontal (I a VIII) representa o número de unidades em oferta. Os números nas várias linhas indicam que cada potencial comprador tem uma vontade decrescente de adicionar unidades de grãos em troca do número crescente de cavalos em oferta (I a VIII). Por exemplo, dada a utilidade marginal decrescente, B1 está disposto a dar 80 unidades de grãos por um cavalo, mas reduziria sua disposição de trocar para dez unidades de grãos por cada cavalo se ele fosse considerar a compra de oito cavalos.

Na matriz (Tabela 1), os agricultores individuais (B1 a B8) organizam suas preferências em relação às unidades de grãos e é óbvio que o agricultor que oferece o maior número de unidades de grãos por apenas um cavalo em oferta o obtém. No caso da oferta de monopólio, o preço do cavalo em unidades de grãos ficaria abaixo do limite de 80 unidades e acima de 70 unidades e se nivelaria nessa faixa de acordo com o resultado das negociações entre os parceiros comerciais em um determinado mercado.

Resumindo:

1. O monopólio de um bem indivisível recai sobre o concorrente para o qual o bem equivale à maior quantidade do bem a ser ofertado em troca quando houver competição entre diversos sujeitos econômicos para os quais as bases da troca econômica estejam presentes, levando em consideração o monopólio do bem em questão.
2. Neste caso, o preço é determinado dentro dos limites que são dados pelos equivalentes dos bens monopolistas em causa para os dois concorrentes mais permutáveis ou mais poderosos.
3. A fixação do preço dentro dos limites da formação de preços acima referidos é efetuada de acordo com os princípios estabelecidos para os mercados isolados” (MENGER, 1871, p. 186).

A situação não muda fundamentalmente se a quantidade oferecida do bem aumentar. Também neste caso, o licitante com lance mais alto será considerado o comprador. Se três unidades fossem oferecidas, o preço ficaria entre sessenta e setenta unidades de grãos. Dentro desses limites, B1 pode melhorar sua situação econômica comprando dois cavalos, enquanto o consumidor B2 pode fazer isso comprando um cavalo. Se em vez de três cavalos forem oferecidas seis unidades, pode-se mostrar de forma semelhante que B1 compraria três, B2 dois e B3 um cavalo. Nesse caso, o preço por unidade cairia entre cinquenta e sessenta unidades de grãos (MENGER, 1871, p. 187-90).

Com base nesta análise da formação de preços, Menger estende sua investigação ao caso em que concorrentes entram no mercado e diferentes fornecedores oferecem o mesmo tipo de produto. O princípio não muda fundamentalmente. No caso de dois concorrentes, dos quais o fornecedor A1 oferece um cavalo e o fornecedor A2 dois cavalos, será oferecido um total

de três unidades. Então B1 compraria duas unidades e B2 uma unidade, e a relação de troca a ser entendida como o preço se estabilizaria entre sessenta e setenta unidades de grãos. Se A1 e A2 colocassem seis cavalos no mercado, B1 compraria três, B2 dois e B3 uma unidade da oferta. Nesse caso, o preço cairia para cinquenta a sessenta unidades de grãos. (MENGER, 1871, p. 204)

4.2. Monopólio e competição

Com esses exemplos, Menger mostra que a concorrência surge do monopólio. O aumento da competição é a característica do desenvolvimento econômico. Isto é caracterizado pelo fato de que o número e a variedade de produtos em oferta estão aumentando. O princípio de precificação permanece o mesmo. A quantidade de bens colocados à venda acaba nas mãos dos potenciais compradores que oferecem a maior parte dos valores de permuta como forma de pagamento, independentemente de haver monopólio ou situação de concorrência. As mercadorias acabam nas mãos dos licitantes que têm maior preferência pelas mercadorias. Isto também pode ser expresso de forma que o processo de mercado garanta que, assumindo a solvência adequada, a necessidade mais urgente seja atendida com prioridade.

Isso não significa que os monopólios sejam inofensivos:

O crescimento da população, o aumento das necessidades dos indivíduos individuais economicamente ativos, sua prosperidade crescente, forçam o monopolista em numerosos casos, mesmo com o aumento da produção, a excluir cada vez mais camadas da população do gozo do bem monopolista, e, ao mesmo tempo, permite que ele aumente seus preços e que a sociedade se torne um objeto cada vez mais favorável para sua política de exploração monopolística. (MENGER, 1871, p. 202)

Enquanto o princípio da precificação se aplica em um monopólio e na competição, o monopolista pode aumentar seu lucro reduzindo a quantidade oferecida. Menger (1871, p. 208) explica isso usando o exemplo de um monopólio que possui mais de mil unidades de um bem. Ele pode vender todas as suas unidades pelo preço de seis unidades de pagamento cada, enquanto a venda de apenas oitocentas aumentaria o preço para nove unidades de pagamento. O monopólio que maximiza o lucro escolheria a quantidade menor pelo preço mais alto e reteria o número excedente de bens.

Os mercados funcionam de acordo com o princípio de que o número de compradores excluídos diminui à medida que o volume da oferta aumenta. A competição aumenta o grau de satisfação das necessidades dos participantes do mercado, porque, quanto mais unidades de fornecimento chegam ao mercado, a mais compradores o bem se torna acessível. Em todos os casos, a precificação ocorre entre os limites das respectivas quantidades que o potencial comprador mais interessado e o menos interessado estão dispostos a pagar em troca.

A maneira mais eficaz de quebrar o poder de monopólio é por meio de mercados abertos. Quando surgem concorrentes, o privilégio do monopolista de reduzir arbitrariamente a quantidade de oferta desaparece.

A primeira consequência do surgimento de qualquer concorrência verdadeira na oferta é que nenhum dos concorrentes na oferta pode obter uma vantagem econômica ao abrir mão de parte da quantidade disponível de uma mercadoria para destruição, retirá-la do mercado ou o que quer que seja a mesma coisa que o deixa desacostumado a produzir os mesmos meios de produção disponíveis (Menger, 1871, p. 209)

Enquanto o monopolista obtém altos lucros por unidade com poucos clientes, a concorrência obtém baixos lucros por unidade, mas conquista muitos clientes. Se mais concorrentes entrarem no mercado, o volume total de oferta aumentará e os concorrentes individuais não poderão mais aumentar seu lucro por meio de restrições de oferta. Havendo livre concorrência em um mercado, os fornecedores não podem restringir a quantidade em oferta e, além disso, também perdem sua capacidade de segmentação de preços para diferentes grupos de compradores.

Uma reviravolta fundamental está ocorrendo como resultado da competição baseada no mercado. Embora seja intenção do monopólio:

tornar seus bens de monopólio acessíveis apenas aos estratos sociais mais elevados e excluir todos os estratos da sociedade com menos poder comercial do gozo deles, a competição implica baixar o preço dos bens e atingir os círculos sociais mais baixos como a situação econômica assim o permite (Menger, 1871, p. 211)

O objetivo de melhorar o bem-estar pessoal está no centro das atividades econômicas e é a razão do intercâmbio econômico. Uma troca de bens por equivalentes não contribuiria para esse objetivo e, portanto, não faria sentido. Os preços não são a essência da economia, mas um sintoma do equilíbrio entre a diversidade de atividades econômicas humanas. Os preços refletem as relações de troca nas quais a troca se baseia. À medida que as pessoas se esforçam para melhorar sua condição, elas trocam mercadorias e, nesse sentido, os preços são uma consequência não intencional do esforço humano para melhorar a satisfação das necessidades individuais. O processo de mercado garante que as mercadorias em oferta cheguem às mãos de quem exprime a maior urgência em cada caso. A entrada de mais fornecedores tem o mesmo efeito de como se um monopolista oferecesse mais unidades de seu produto. Em ambos os casos, os preços desses bens caem e mais clientes entram em jogo.

5. Função E Origem De Dinheiro

Nos primórdios históricos da atividade econômica, as pessoas estavam menos interessadas no valor de troca do que no valor de uso. Procuram-se bens que atendam à satisfação imediata das necessidades. Mas com o desenvolvimento econômico, o valor de troca de um bem passa a ser cada vez mais do interesse das pessoas.

5.1. Dinheiro como meio da troca

O problema é que as pessoas com estimativas opostas de valor de troca precisam se encontrar, de modo que A tenha que oferecer o bem X que B deseja, enquanto B oferece o bem particular Y que A deseja. Numa economia sem dinheiro, o desenvolvimento é prejudicado,

porque quem deseja trocar tem que encontrar um parceiro de troca que não só ofereça os bens que procura, mas que também seja aquele que precisa dos bens oferecidos.

A solução para esse problema surge com base no fato de que os produtos têm diferentes graus de comercialização. Como qualquer observador de mercado sabe, existem grandes diferenças na facilidade com que os vários tipos de bens podem ser trocados em termos de sua comercialização. Além dos limites que são estabelecidos no comércio no que diz respeito às pessoas a quem um determinado bem pode ser vendido, a comercialização de um bem também depende do local onde o comércio ocorre e da quantidade oferecida e demandada no mercado. Além do tamanho do mercado, a vida útil do produto também determina sua comercialização. Esses aspectos são fundamentais para usar o dinheiro como uma corretora de câmbio.

Para que a troca ocorra, A deve avaliar o valor do bem de troca Y maior do que o bem de troca X, enquanto a avaliação oposta é necessária para B, ou seja, este último deve avaliar o bem X mais alto do que o bem Y. A troca direta é dificultada pelo fato de que uma “dupla coincidência de necessidades” deve se dar para que ela seja realizada.

Como mostra a figura a seguir (Fig. 1), não haveria troca de bens sem dinheiro entre A, B e C. Embora A ofereça o bem X, que B exige, B não tem o bem Y, que A deseja trocar. Da mesma forma, C tem um bem Y, que A demanda, mas não um bem X, que B deseja (Figura 1).

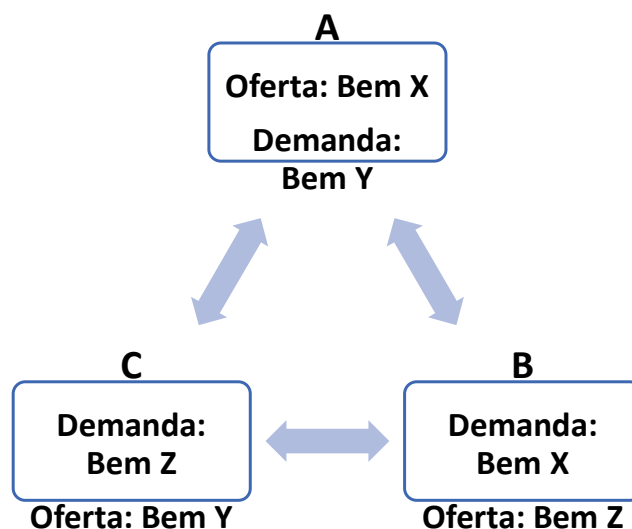
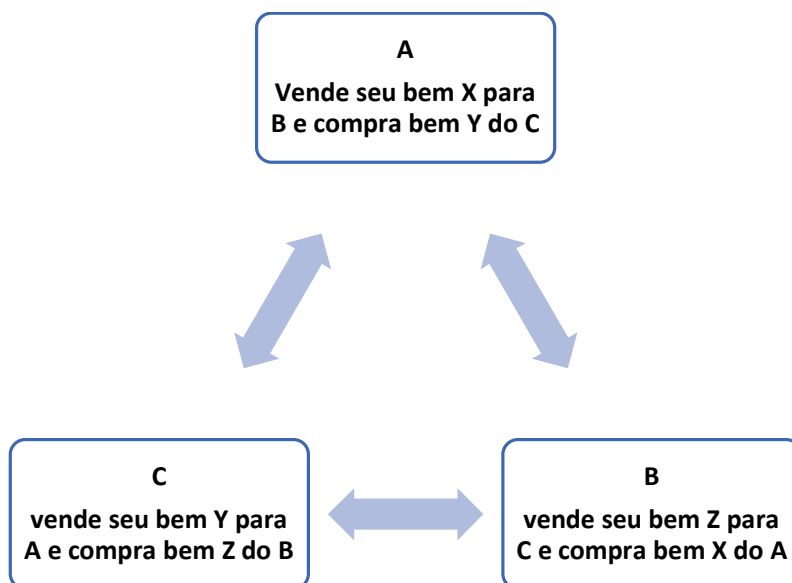


Figura 1. Troca de bens sem dinheiro (troca de natureza)

Com a introdução do dinheiro como meio de troca geral, o problema da dupla coincidência está resolvido. A vende seu bem X ao comprador B, que paga com dinheiro. A compra o bem Y com dinheiro de C, e C pode comprar o bem Z que deseja adquirir de B em troca de dinheiro (ver Fig. 2).

Figura 2. Troca mediada por dinheiro

Fonte: AP Mueller (2018).

A economia monetária expande o potencial de troca. O dinheiro é produtivo porque permite a troca que de outra forma não seria possível. O uso de dinheiro em transações comerciais é benéfico para os participantes do mercado. No curso do comércio de permuta mediado por dinheiro, surgem mercados onde os preços são fixados. Os preços do mercado monetário também aumentam o nível de informação disponível para os participantes do mercado sobre a situação atual do mercado. Este é outro benefício de usar o dinheiro.

Quanto maior o mercado, mais a especialização se torna possível e gratificante. A economia monetária é, portanto, um pré-requisito fundamental para aumentar a produtividade e, portanto, a prosperidade econômica.

5.2. Origem do dinheiro

Impulsionados pela busca humana de melhorar o bem-estar pessoal, os interesses econômicos farão com que os indivíduos troquem seus bens por outro bem, mesmo que não tenham a intenção de usar esse bem para seu próprio consumo imediato. As pessoas agem na expectativa de revender esse bem que receberam em troca, para finalmente obterem os bens de consumo que procuram para consumir. Como mercadorias de troca geral, é dada preferência àquelas mercadorias que são amplamente aceitas na troca e podem, portanto, ser facilmente trocadas por outras mercadorias. Então, também influenciado pelo hábito, certo número de bens é usado com mais frequência e mais facilidade na troca.

Historicamente, os mercados foram criados para facilitar a troca. Sem um plano ou orientação oficial, certos bens surgem como um meio de pagamento geralmente aceito. Para que

isso aconteça ao longo do tempo, não é necessária uma obrigação legal nem uma consideração separada do interesse público. A origem do dinheiro é, portanto, localizada no próprio processo econômico e não determinada pelo estado ou outros fatores legislativos.

O dinheiro não é produto de um acordo formal e não foi introduzido por uma legislatura estadual. A origem do dinheiro é de natureza econômica e foi se manifestando ao longo do tempo em diversos lugares, dependendo da situação econômica vigente. A origem do dinheiro está na crescente percepção, que, ao render bens menos comercializáveis aos de maior comercialização, seus objetivos econômicos especiais são promovidos por um passo significativo, e assim o dinheiro surgiu em numerosos centros culturais independentes com o avanço do desenvolvimento da economia nacional (MENGER, 1871, p. 260).

A mercadoria (ou grupo de mercadorias) que se torna dinheiro resulta da utilidade prática. Como enfatiza Menger, seria um erro presumir que a função do dinheiro como tal é “uma medida de valor” ou que serve ao propósito de “manter valor”. Essas funções são acidentais por natureza do dinheiro e não estão incluídas no conceito de dinheiro (MENGER, 1871, p. 279). Ao trocar bens, não há equivalentes no sentido objetivo e, portanto, o dinheiro não pode servir como uma medida do valor de troca.

A função real do dinheiro reside em seu papel de corretor de câmbio e não deve ser equiparada ao termo “moeda com curso legal” ou mal interpretada como uma “reserva de valor”. Poupar também não é função do dinheiro. A função de poupança não é inerente ao dinheiro, mas sim derivada da função do dinheiro como meio de troca. À medida que a economia monetária avança, o reinvestimento está cada vez mais sendo substituído pela capitalização.

Com essas referências, Menger chama a atenção para aspectos do dinheiro que são amplamente considerados como equívocos sobre a função do dinheiro. Muitos acreditam que estão fazendo uma reserva de valor ao economizar dinheiro. Entendida corretamente, no entanto, tal economia não pode pagar o dinheiro de forma alguma. O que ocorre é que o “valor” do dinheiro, em última análise, resulta apenas de quanto e quais bens se pode obter com o dinheiro como um corretor de câmbio. Se o dinheiro economizado perder sua função de intermediário no todo ou em parte porque não é mais geralmente aceito, torna-se evidente que nenhum reinvestimento ocorreu. O “valor” do dinheiro só pode ser demonstrado por meio de sua função de corretor de câmbio.

Muitos outros equívocos sobre dinheiro decorrem da crença equivocada de que o dinheiro é uma instituição do Estado. Como Menger explica em um trabalho publicado separadamente sobre o assunto do dinheiro (GELD, 1892), o dinheiro atua como um mediador de troca originalmente não por meio de lei ou convenção, mas por meio do “hábito”, isto é, por meio de impulsos subjetivos e inteligentes, avançou por meio de ações correspondentes de indivíduos (como o resultado irrefletido de esforços individuais dos membros da sociedade) e, finalmente, tornou-se geralmente aceito através da imitação progressiva.

Como outras instituições que surgiram espontaneamente, o dinheiro também pode ser promovido como um mediador de troca por meio de legislação - mas também pode acontecer que o legislativo impeça seu desenvolvimento automático.

O dinheiro não é uma invenção estatal, não é o produto de um ato legislativo, e a sua sanção por parte da autoridade estatal é, portanto, estranha ao conceito de dinheiro em geral. A existência de certas mercadorias como dinheiro desenvolveu-se naturalmente a partir das condições econômicas, sem a necessidade da influência do Estado (GRUNDSÄTZE, 1871, p. 257).

Tal como acontece com outras instituições semelhantes, este fato do desenvolvimento natural não impede o estado de influenciá-lo e, de acordo com Menger (1892, p. 41), da mesma forma que se pode aperfeiçoá-lo pelo reconhecimento e regulamentação do estado e adaptá-lo às necessidades diversas e em constante mudança do tráfego em desenvolvimento, também se pode corrompê-lo.

5.3. Abuso de dinheiro

O dinheiro surgiu como um meio geral de troca para resolver o problema da dupla coincidência de necessidades. A maioria dos produtos são comercializáveis apenas em uma extensão limitada. Sem uma moeda geral, seu câmbio seria restrito. Também existem produtos que encontram mercados em quase todo o lado. Com base neles, um determinado bem ou alguns deles tornam-se um meio de pagamento geral e, assim, tornam-se “dinheiro”.

A função peculiar do dinheiro é de servir como um corretor de troca comumente em uso. O “valor de troca” expresso em dinheiro, o chamado “valor monetário” dos bens, que aparece como “preço”, representa apenas uma relação de troca entre os bens para compra e o dinheiro. Para o conceito geral de dinheiro, é irrelevante se o dinheiro desempenha automaticamente sua função ou é obtido por compulsão. Nesse sentido, existe dinheiro bom ou dinheiro ruim, dinheiro saudável ou patológico, dinheiro que é projetado pelo estado e aperfeiçoado ou corrompido pelo Estado.

Os governos tendem a desconsiderar o papel central que o dinheiro desempenha na prosperidade econômica. Eles tratam o dinheiro “como se fosse realmente apenas um produto da conveniência humana em geral e de sua arbitrariedade legislativa em particular”. A atitude legislativa intervencionista com a qual o Estado aborda o dinheiro também influenciou a teoria monetária e “contribuiu bastante para encorajar erros sobre a natureza do dinheiro” (p. 283).

A intervenção do Estado piora a qualidade do dinheiro, se ele for mal utilizado para fins que vão além de sua função real de corretor de câmbio. Menger não poderia ter previsto a extensão gigantesca em que o mau uso do dinheiro começou menos de meio século após a publicação de seus “Princípios”, quando a âncora do ouro foi levantada no início da Primeira Guerra Mundial em 1914.

Pouco mais de trinta anos após o fim do padrão-ouro, o keynesianismo também legitimou teoricamente a corrupção do dinheiro. Tão entusiasticamente quanto essa teoria do mau uso do dinheiro foi adotada pelos políticos, ela está acontecendo atualmente com a chamada “Teoria Monetária Moderna” (MMT). Trapacear com dinheiro tornou-se o padrão por mais de um século. Na má compreensão da função real do dinheiro, a imensa prosperidade é sacrificada como resultado das vantagens aparentes da inflação do dinheiro, que aparecem por um curto período de tempo.

Sem dinheiro como um corretor da troca, enfrenta-se o problema de encontrar um parceiro de troca que não só queira ter o bem que você está oferecendo para venda, mas que o comprador potencial também teria de possuir um bem específico que você, por sua vez, demanda.

Nem todas as transações benéficas podem ser realizadas sem dinheiro. O uso do dinheiro como um corretor de câmbio não só abre a possibilidade de que aqueles que desejam vender encontrem mais compradores potenciais para os bens oferecidos, mas também que os compradores com maior disposição a pagar possam ser encontrados. O dinheiro é, portanto, um pré-requisito para a formação de preços e isso, por sua vez, permite que a satisfação de necessidades mais urgentes expressas pela disposição de pagar tenha prioridade. Por causa do dinheiro, ocorre uma formação de preços concentrada nos mercados e, portanto, um processo de troca mais econômico.

O dinheiro não surgiu por meio da lei. De acordo com sua origem, não é um estado, mas um fenômeno social. Até que ponto o dinheiro pode desempenhar sua função de promoção do bem-estar depende da quantidade e da qualidade do dinheiro. Ignorar esse fato leva ao uso indevido do dinheiro para fins estranhos à sua função real do dinheiro como mediador de troca. Do ponto de vista da teoria monetária de Carl Menger, é preciso afirmar, do ponto de vista atual, que o abuso do dinheiro se tornou um hábito vicioso da política moderna.

6. Resumo

A importância central da obra de Carl Menger não chega em primeiro lugar de ser um dos pioneiros do marginalismo, mas sim do subjetivismo. A perspectiva do subjetivismo, e, conseqüentemente, do individualismo, é a mais importante contribuição de Menger. De fato, a utilidade marginal segue do subjetivismo da valorização dos bens. Nesta base, Menger constrói o edifício de sua obra. O “individualismo metodológico”, portanto, é o método escolhido não por acidente, mas necessário para captar a essência da ação econômica.

Enquanto todos os esforços econômicos finalmente servem para satisfazer as necessidades imediatas dos indivíduos na forma de bens de primeira ordem, “bens de ordem superior” são a preocupação econômica propriamente dita. Há incertezas quanto ao futuro, mas o fornecimento desses bens requer previsão. A atividade econômica consiste na busca constante pelos melhores meios de produção e, como tal, é também uma busca permanente pelo conhecimento.

A propriedade não é uma instituição imposta pelo estado, mas o resultado natural da atividade econômica. A propriedade surge com escassez e se torna irrelevante quando não há escassez. Da mesma forma, o dinheiro surge no mercado como meio de facilitar as trocas e superar o problema da dupla coincidência de desejos. Embora Menger sugira que, em circunstâncias específicas, o estado pode melhorar essas instituições, ele também alerta fortemente contra o abuso por parte dos governos.

Para Menger, não o preço, mas a troca de bens e serviços é o fato importante da economia. A formação dos preços é acidental e reflete apenas os fundamentos da troca. Em comparação com a abordagem clássica da economia, portanto, Menger oferece ambos: uma teoria muito

mais sofisticada da troca que refuta os erros da economia clássica e, adicionalmente, uma teoria elaborada do progresso econômico - entendida como melhoria do bem-estar individual. A luta pela melhoria de sua situação está ligada ao indivíduo e, no máximo, inclui uma família.

Quando Menger analisa a “ação econômica”, ele procura entregar uma teoria do desenvolvimento econômico. A economia neste sentido existe no esforço permanente dos indivíduos de melhorar suas situações.

Referência

BUKHARIN, Nikolai; BUKHARIN, Nikolaï Ivanovich. **The economic theory of the leisure class**. NYU Press, 1972.

EBENSTEIN, Alan. **Hayek’s journey: The mind of Friedrich Hayek**. Springer, 2016.

GOSSSEN, Hermann Heinrich. **The laws of human relations and the rules of human action derived therefrom**. Mit Press, 1983.

HAYEK, Friedrich A. Economics and knowledge. **Economica**, v. 4, n. 13, p. 33-54, 1937.

MENGER, Carl. Grundsätze der Volkswirtschaftslehre. Carolina do Sul: Createspace Independent Publishing Platform, 2016 [1871].

MUELLER, Antony. Beyond the State and Politics. **Capitalism for the new millennium**. Brasil: Amazon, 2018.

MUELLER, A. P.; VAZ-CURADO, S. F. L. A Teoria Monetária Moderna: Uma Avaliação de suas Premissas e suas Consequências Políticas. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2019.

BAGUS, Phillipe. Die Qualität Des Geldes. Auburn: Mises Institute, 2002.

SALERNO, Joseph. Menger’s causal-realist analysis in modern economics. **The Review of Austrian Economics**, v. 23, n. 1, p. 1-16, 2010.

SANDKÜHLER, Hans Jörg (ed.). **Handbuch Deutscher Idealismus**. Springer-Verlag, 2005.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie**. Duncker & Humblot, 1908.

SMITH, Adam. **Der Wohlstand der Nationen**. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1999.

STINGLER, George J. The Economics of Carl Menger. **Journal of Political Economy**, v. 45, n. 2, University of Chicago Press, 1937. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1824519>. Acesso em: 1 jan 2020.

STREISSLER, Erich. To what extent was the Austrian school marginalist?. **History of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 426-441, 1972.

The London School of Economics and Political Science. University of London. Houghton Street. Series of Reprints of Scarce, v. 2, n. 17, 1871. In: MENGER, C.

Tracts in Economic and Political Science. The Collected Works of Carl Menger, 1871.